

Representações do Massacre de Haximu na mídia: uma análise sob a perspectiva da Análise de Discurso Crítica

Representations of the Haximu Massacre in the media: an analysis from the perspective of Critical Discourse Analysis

Eduarda Carolina Annies¹

Universidade Estadual do Centro-Oeste - Unicentro
eduardaannies@gmail.com

Cláudia Maris Tullio²

Universidade Estadual do Centro-Oeste - Unicentro
claudiamaris@unicentro.br

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar a cobertura jornalística do Massacre de Haximu, ocorrido em 1993, a partir da perspectiva da Teoria Social do Discurso, de Fairclough (2016), inserida na Análise de Discurso Crítica, considerando também as contribuições de Thompson (2011) sobre os modos de operação de ideologia. A pesquisa fundamenta-se em referência bibliográfica e documental, com enfoque qualitativo na análise de duas manchetes de jornais regionais, identificando como escolhas lexicais, estruturais e enunciativas moldam a representação dos acontecimentos e das vozes envolvidas. Os resultados indicam que os discursos jornalísticos tendem a deslocar o foco da violência sofrida pelos Yanomami para elementos institucionais e figuras de autoridade, relativizando a gravidade do massacre e naturalizando a violência contra os povos indígenas, reproduzindo estereótipos históricos que apresentam os indígenas como obstáculos ao progresso e os garimpeiros como heróis do desenvolvimento regional. Ao mesmo tempo, a análise evidencia a capacidade de sujeitos sociais de questionar, reinterpretar e resistir às narrativas predominantes, sugerindo que a mídia é simultaneamente um instrumento de poder e um campo de disputa ideológica, com potencial para reprodução ou contestação das relações de dominação.

Palavras-chave: Teoria Social do Discurso; Massacre de Haximu; Mídia.

ABSTRACT: This article aims to analyze the journalistic coverage of the Haximu Massacre, which occurred in 1993, from the perspective of Fairclough's (2016) Social Theory of Discourse, within the framework of Critical Discourse Analysis, also considering Thompson's (2011) contributions on modes of ideological operation. The research is based on bibliographic and documentary references, with a qualitative focus on the analysis of two regional newspaper headlines, identifying how lexical, structural, and enunciative choices shape the representation of events and the voices involved. The results indicate that journalistic discourses tend to shift the focus from the violence suffered by the Yanomami to institutional elements and figures of authority, relativizing the severity of the massacre and naturalizing the violence against Indigenous peoples, reproducing historical stereotypes that portray

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO).

² Doutora em Estudos da Linguagem, docente na Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO).

Indigenous people as obstacles to progress and garimpeiros as heroes of regional development. At the same time, the analysis highlights the capacity of social actors to question, reinterpret, and resist predominant narratives, suggesting that the media functions simultaneously as an instrument of power and a field of ideological contestation, with the potential to reproduce or challenge existing relations of domination.

Keywords: Social Theory of Discourse; Haximu Massacre; Media.

Introdução

O Massacre de Haximu, ocorrido em 1993, marcou a história brasileira por ter sido reconhecido, pelos tribunais brasileiros, como o primeiro genocídio no país. Nesse episódio, doze indígenas Yanomami foram mortos em decorrência de conflitos com garimpeiros que invadiram seu território, em um contexto de expansão do garimpo ilegal e de tensões históricas entre povos indígenas e não-indígenas. Mais do que um acontecimento isolado, o massacre revela a permanência de relações assimétricas atravessadas por interesses econômicos, disputas territoriais e pela vulnerabilidade das populações originárias diante da violência.

Entretanto, não se pode compreender a dimensão simbólica do Massacre de Haximu apenas a partir dos fatos objetivos que o constituem. O modo como esse episódio foi narrado, representado e difundido pela mídia desempenhou papel decisivo na maneira como a sociedade brasileira se relacionou com o acontecimento e com os povos indígenas. A mídia não atuou como simples mediadora neutra entre realidade e o público, mas como produtora de discursos que constroem sentidos, definem enquadramentos e colaboram para a manutenção (ou contestação) de ideologias dominantes. No caso de Haximu, cabe questionar: que imagens dos Yanomami foram produzidas pelas reportagens da época? Que vozes foram ouvidas e quais foram silenciadas? De que modo os garimpeiros e a violência foram representados?

Nessa perspectiva, é fundamental considerar o papel da comunicação na sociedade. Esse processo tem função essencial no desenvolvimento do mundo, a partir da evolução do ser humano até as grandes revoluções culturais, políticas, industriais e sociais que marcaram a história. Desde o momento em que nascemos, comunicar-se é parte constitutiva da natureza humana, integrando o indivíduo a todos os setores da vida, inclusive à sua própria subsistência (Neves et al., 2023). É por meio da comunicação que se estabelecem vínculos, se compartilham saberes, se estruturam relações sociais e se constroem narrativas coletivas sobre o mundo.

Ao abordar tais questões, torna-se necessário recorrer a um aparato teórico que permita compreender a mídia como espaço de produção discursiva. A Teoria Social do Discurso, proposta por Norman Fairclough, inserida nas teorias de Análise Crítica do Discurso (ACD), oferece instrumentos para examinar como as práticas sociais são materializadas linguisticamente e como os discursos participam da reprodução de relações de poder e ideologia. O modelo tridimensional de Fairclough (análise textual, prática discursiva e prática social) possibilita articular as escolhas linguísticas e lexicais das reportagens a seus contextos de produção e circulação, evidenciando como a mídia contribui para a construção da memória coletiva sobre o massacre.

Este artigo tem como objetivo geral analisar os discursos midiáticos sobre o Massacre de Haximu à luz da Análise de Discurso Crítica, de Norman Fairclough. Busca-se compreender de que maneira as reportagens da época construíram representações sobre os Yanomami e os garimpeiros, bem como os efeitos sociais da circulação desses discursos. Especificamente, pretende-se: a) examinar as escolhas linguísticas e lexicais empregadas pela mídia; b) identificar os enquadramentos e silenciamentos presentes na cobertura; e c) discutir como essas construções discursivas dialogam com práticas sociais mais amplas de marginalização e estigmatização dos povos indígenas.

A relevância deste estudo reside, portanto, na possibilidade de articular o acontecimento histórico do Massacre de Haximu a uma reflexão crítica sobre a mídia e sobre os efeitos sociais da linguagem. Mais de trinta anos após o episódio, os Yanomami ainda enfrentam ameaças concretas relacionadas ao garimpo ilegal, à destruição ambiental e à violência, o que torna a análise dos discursos da época não apenas uma questão de memória, mas também de atualidade. O modo como a mídia construiu narrativas sobre Haximu pode revelar não só como os indígenas foram vistos naquele momento, mas também como se consolidaram formas de silenciamento que persistem até hoje.

Metodologicamente, este estudo insere-se no campo da pesquisa qualitativa, por buscar compreender, a partir de uma visão crítica, os sentidos produzidos pela mídia em torno do Massacre de Haximu. O percurso metodológico combina a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. A pesquisa bibliográfica fundamenta a discussão teórica sobre comunicação, mídia, ideologia e análise de discurso crítica, permitindo situar o objeto dentro de um campo de debate já consolidado. A pesquisa documental, por sua vez, concentra-se na análise de duas manchetes publicadas no mês subsequente ao massacre em veículos de circulação nacional.

Aportes teóricos

A Teoria Social do Discurso, de Fairclough, propõe que o discurso não se limita à linguagem, mas constitui uma prática social inserida em contextos socioculturais atravessados por relações de poder e ideologia. Segundo Fairclough (2016, p. 95), “o discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado”. Dessa forma, cada enunciado ou narrativa participa ativamente da produção de sentidos, da construção de identidades e da manutenção ou contestação das relações sociais existentes.

Essa perspectiva implica que o discurso não apenas representa o mundo, mas atua sobre ele, permitindo que os sujeitos participem ativamente das relações sociais e intervenham na realidade à sua volta. Além disso, o discurso mantém uma relação dialética com a estrutura social: ele é moldado por normas, instituições, classes e convenções existentes, ao mesmo tempo em que contribui para a reprodução ou transformação dessas estruturas. Dessa maneira, as práticas discursivas participam da construção de diferentes dimensões sociais, moldando identidades, relações e sistemas de conhecimento.

Os jogos de poder que se constroem pelas práticas sociais diversas e a relação entre elas, constituem um quadro em que as fronteiras do “eu” e do “outro” nem sempre são respeitadas, muitas vezes sendo violadas, silenciadas e cerceadas por múltiplas forças de interferências, materializadas nos discursos que replicam desigualdades. Todavia, são nessas mesmas relações que se produzem sentidos sobre si e sobre o mundo e estes interferem na realidade, como já foi dito, no sentido de acomodar ou modificar circunstâncias de grande disparidade e dominação do outro, que por diversas razões não comunga das mesmas práticas discursivas hegemônicas (Silva; Silva, 2017, p. 60).

O discurso, portanto, não se limita a refletir a realidade, ele a constitui. Ao reforçar certas práticas e valores, contribui para manter a ordem social vigente, mas também pode servir como ferramenta de contestação e transformação, quando os sujeitos se posicionam na disputa pelos significados e questionam relações de poder estabelecidas (Fairclough, 2016).

A Teoria Social do Discurso, então, revela que a constituição social não surge de um mero conjunto de ideias individuais, mas é fruto de práticas sociais profundamente ligadas a estruturas materiais e concretas (Fairclough, 2016). Essas práticas orientam e moldam a forma como os sujeitos interpretam e organizam seu mundo, conferindo significado às relações e experiências cotidianas. Entretanto, a produção desses significados não ocorre de maneira neutra ou totalmente consciente, ela é influenciada por estruturas sociais mais amplas, por relações de poder e pelas normas que regem os contextos sociais em que os indivíduos estão inseridos (Fairclough, 2016).

Essas práticas discursivas carregam, portanto, implicações políticas e ideológicas, situando os sujeitos dentro de determinados papéis e contextos sociais (Fairclough, 2016). Ao mesmo tempo, as ações comunicativas exercem efeitos sobre as próprias estruturas sociais, ainda que grande parte desses efeitos seja não intencional. Os discursos não são homogêneos nem sem uma carga de interesse, cada enunciado traz consigo uma carga ideológica e política, refletindo e reproduzindo relações de poder existentes (Fairclough, 2016).

A teoria de Fairclough (2016) distingue três dimensões centrais na análise discursiva: a) o texto, referente à organização linguística; b) a prática discursiva, relativa à produção, circulação e consumo do texto; e c) a prática social, que envolve ações repetidas, interdependentes e inseridas em contextos sociais mais amplos.

Fairclough, em seu livro *Discurso e Mudança Social* (2016), já deixa claro que a prática discursiva não se coloca em oposição à prática social, mas sim que ela representa uma de suas formas específicas. Em determinados contextos, toda prática social pode se manifestar de maneira discursiva, enquanto em outros, combina elementos discursivos e não discursivos. Nesse sentido, a análise de eventos discursivos envolve observar como os textos são produzidos, circulam e são interpretados, considerando sempre os contextos econômicos, políticos e institucionais que influenciam esses processos (Fairclough, 2016).

Por isso, com o tempo, a teoria de Fairclough passou a ser compreendida de maneira bipartida, integrando a prática discursiva como uma dimensão da prática social e enfatizando a necessidade de analisar as práticas sociais em sua totalidade (Resende; Ramalho, 2022). Esse deslocamento de foco evidencia que o discurso é apenas um momento dentro de um sistema mais amplo de ações e relações.

Isso permite compreender que a cobertura jornalística sobre o Massacre de Haximu atua na representação da violência e na construção de sentidos sobre os povos indígenas e os garimpeiros. O discurso também desempenha funções centrais: constrói identidades sociais, regula relações entre os sujeitos e organiza formas de conhecimento e crença (Fairclough, 2016). Nos textos jornalísticos, isso se manifesta na forma como os protagonistas de uma narrativa são representados, na seleção de informações e na ênfase dada a determinados acontecimentos, podendo naturalizar desigualdades ou gerar contestação (Fairclough, 2016). Essa visão permite compreender como narrativas sobre eventos, como o Massacre de Haximu, circulam, influenciam e refletem as relações de poder e os processos de exclusão social.

Compreender o jornal não como um veículo passivo e neutro de informação, mas também como um sistema capaz de produzir e difundir discursos e instaurar um processo de comunicação que nada tem de neutro, é fundamental para termos a devida consciência da função dos jornais como agentes e instrumentos capazes de interferir na história. (Barros, 2019, p. 9 apud Neves et al., p. 82, 2023).

Ainda, o discurso é também campo de disputa ideológica: as narrativas construídas na mídia, nas instituições ou em documentos públicos, por exemplo, moldam o que é reconhecido como legítimo, visível ou importante na sociedade (Fairclough, 2016). Por isso, a Teoria Social do Discurso é comumente utilizada em conjunto com a teoria de ideologia de Thompson.

Para Thompson (2011), o poder ocupado por indivíduos ou grupos dentro de instituições ou campos sociais é central para entender a ideologia. O poder se manifesta na capacidade de influenciar decisões, alcançar objetivos e atender interesses, e torna-se dominação quando se estabelece de maneira desigual e sistemática, restringindo o acesso de outros atores sociais a essa mesma influência. Assim, a ideologia se concretiza nas práticas simbólicas que legitimam, sustentam ou naturalizam essas relações de dominação (Thompson, 2011).

O conceito de ideologia proposto por Thompson (2011) guarda relação direta com a teoria de Fairclough, pois ambas reconhecem que as relações de poder podem ser tanto reproduzidas quanto contestadas. Thompson também descreve cinco modos de operação de ideologia, sendo elas: a) a legitimação; b) a dissimulação; c) a unificação; d) a fragmentação; e e) a reificação.

Compreender esses mecanismos permite analisar como o discurso molda valores, percepções e interações sociais, revelando o papel ativo das ideologias na reprodução ou transformação das estruturas de poder. Dessa forma, as duas teorias combinadas oferecem instrumentos para compreender não apenas o conteúdo das notícias, mas os processos de construção de sentido, as relações de poder implícitas e a articulação entre discurso e prática social.

Território, terra e poder: da carta de Caminha ao Massacre de Haximu

A invasão dos portugueses no território brasileiro, em 1500, marcou uma violenta ruptura nas sociedades indígenas, desestruturando suas redes de saberes, práticas espirituais e modos de subsistência. A Carta de Pero Vaz de Caminha, registro histórico desse contato inicial, revela não apenas as impressões dos colonizadores, mas também a base ideológica de um projeto que se estenderia por séculos: a exploração da terra e a desumanização dos povos indígenas.

Para Alencar (2023, p. 161) “a Carta é um dos elementos fundantes de tal mentalidade excludente. A visão de Caminha distingue de forma clara: eles, os indígenas, não são como nós. [...]”. Assim, escrita em 1º de maio de 1500, a carta foi endereçada ao rei Dom Manuel I e descrevia o território encontrado e seus habitantes. Nela, Caminha retrata os indígenas a partir de uma ótica eurocêntrica, destacando seus corpos, hábitos alimentares e a ausência de práticas que se aproximasse do modelo europeu de trabalho e religiosidade, como é possível perceber nesse trecho:

Parece-me gente de tal inocência que, se nós entendêssemos a sua fala e eles a nossa, seriam logo cristãos, visto que não têm nem entendem crença alguma, segundo as aparências. [...] Eles não lavram nem criam. Nem há aqui boi ou vaca, cabra, ovelha ou galinha, ou qualquer outro animal que esteja acostumado ao viver do homem. E não comem senão deste inhame, de que aqui há muito, e dessas sementes e frutos que a terra e as árvores de si deitam. E com isto andam tais e tão rijos e tão nédios que o não somos nós tanto, com quanto trigo e legumes comemos (Caminha, 1966, p. 10-11).

A descrição dos povos como “inocentes” e sem crença foi interpretada como sinal de que poderiam ser facilmente convertidos ao cristianismo. Assim, desde os primeiros relatos, estabelece-se um olhar que subordina o indígena a uma lógica colonial: seres sem história, sem fé, sem cultura, e, portanto, necessitados da tutela europeia. Esse enquadramento discursivo, além de justificar a dominação, também funciona como base ideológica para a naturalização da violência e da exploração, sustentando a ideia de que a presença europeia seria não apenas legítima, mas necessária para “civilizar” aqueles considerados atrasados ou incompletos.

Segundo Hue, em entrevista para Oliveira e Castro (2021, p. 49), a “[...] diferença estabelecida entre o ‘eu’ e o ‘outro’, dando origem a uma ‘relação social de dominação’, em que um estaria no poder, enquanto o outro permaneceria subordinado a ele em consequência da dessemelhança que possui”. Essa estratégia, além de reforçar a ideia de hierarquia, também opera como mecanismo de afastamento da responsabilidade moral dos portugueses pois, ao não reconhecer os indígenas como plenamente humanos, não havia lugar para culpa ou remorso em relação ao que foi feito.

Desse modo, “não é sem razão que a maioria dos casos de genocídio utiliza a desumanização nas suas retóricas de legitimação. É nesse sentido que o processo de desumanização é um ingrediente essencial na realização da maldade [...]” (Lima; Faro; Santos, 2016, p. 220). A partir disso, compreende-se que a desumanização não é apenas um recurso retórico ou discursivo, mas um mecanismo político e ideológico que cria as condições necessárias para justificar a violência extrema. Ao reduzir o outro à condição de não humano ou de ser inferior, elimina-se qualquer barreira ética que poderia frear a ação violenta, permitindo que atrocidades sejam naturalizadas ou até mesmo apresentadas como inevitáveis. No caso dos povos indígenas, essa lógica sustentou tanto a violência física quanto simbólica, funcionando como um discurso legitimador do processo colonial e das diversas práticas de extermínio que marcaram sua história.

Esse discurso fundacional revela duas dimensões centrais. A primeira é a religiosidade, apresentada como justificativa civilizatória: transformar os indígenas em cristãos seria um

dever e uma missão. A segunda dimensão é a da terra, vista como fonte de riqueza disponível à Coroa (Alencar, 2023), em contraposição à cosmovisão de várias etnias indígenas, que entende a terra como parte da coletividade, da ancestralidade e da espiritualidade (Kopenawa; Albert, 2015). Enquanto para os portugueses a terra era mercadoria a ser apropriada, para os povos originários ela era espaço de vida e de conexão com o sagrado.

Esse tipo de discurso ainda exerce influência ao se analisar a trajetória recente do povo indígena Yanomami, cuja história recente reflete essas duas dimensões centrais descritas na Carta de Caminha. Inicialmente, os primeiros contatos desse grupo, que habita a região entre Roraima, Amazonas e a Venezuela, com não-indígenas ocorreram por meio de missões religiosas no início do século XX, com o objetivo de “integrar” os indígenas que viviam na Amazônia (Albert, 1990).

A presença missionária no Alto Rio Negro remonta ao início do século XX, com a chegada de ordens religiosas que buscavam catequizar e integrar as populações indígenas ao universo cultural e religioso ocidental. [...] as missões exercem influência não apenas nas práticas religiosas, mas também em aspectos culturais, educacionais e de saúde, trazendo consigo o contato direto com a cultura napë (não-yanomami) (Soares et al., 2024, p. 178).

Os missionários alteraram todo o ecossistema da vida Yanomami, desde aspectos culturais até aspectos espaciais, uma vez que o contato com os não-indígenas trouxe produtos industrializados, como alimentos, remédios e utensílios, para o dia a dia das comunidades, criando uma dependência desses itens e levando os indígenas a se fixarem próximos a missões religiosas ou escritórios de órgãos governamentais (Silva; Bethonico, 2021). Antes, a mobilidade era uma prática estratégica, permitindo que os grupos se deslocassem para áreas com recursos naturais mais abundantes quando algum elemento essencial se tornava escasso (Silva; Bethonico, 2021). Permanecer em um único local por longos períodos comprometia a fertilidade do solo e podia esgotar áreas de cultivo. Esse processo de fixação forçada reduziu a autonomia alimentar das comunidades e prejudicou práticas de manejo sustentável que haviam sido desenvolvidas ao longo de gerações (Silva; Bethonico, 2021).

Entre os religiosos prevalecia a ideia de que a catequese era um direito e dever da Igreja, e muitos acreditavam que os “selvagens primitivos poderiam melhor ser atendidos por padres, frades e freiras [...]” (Stauffer, 1959, p. 73) do que por servidores públicos, já que os religiosos, sem laços familiares, poderiam se dedicar integralmente à missão de “civilizar” e converter os povos originários à fé cristã (Stauffer, 1959). Por isso, eram contra a intervenção do estado na região.

Apesar disso, no início do século XX foi criado o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), cuja função oficial era resguardar os povos indígenas, mas que também servia como resposta às denúncias internacionais de violência praticada contra eles (Gomes, 1988). Contudo, essa imagem de tutela logo se mostrou insustentável: durante a Ditadura Militar, o órgão foi extinto em meio a acusações de má administração e de participação em massacres.

Ainda durante a Ditadura Militar, a relação com a terra, tão cara a diversas culturas indígenas, foi extremamente comprometida. Um dos grandes projetos desse período era a exploração da Amazônia, que era vista como um grande vazio e um lugar a ser explorado, ignorando as populações tradicionais da região (Costa; Souza, 2020). Assim, nos anos 1970, o projeto de integração nacional evidenciou a importância do território para a manutenção do regime autoritário. A incorporação das áreas consideradas “desocupadas” foi tratada como requisito para a modernização e para o fortalecimento do Brasil no cenário regional.

O slogan mais aviltante dessa época era “Amazônia, terra sem homens para homens sem terra”. A mensagem era clara: para os generais da ditadura, os povos originários que ocupavam a floresta antes de existir essa convenção chamada Brasil não estavam incluídos na categoria humana (Brum, 2021, p. 27).

Simultaneamente, grandes obras viárias foram planejadas como símbolo dessa integração forçada, como a BR-210 (Perimetral Norte) e a Transamazônica. Concebidas no bojo do Plano de Integração Nacional, essas rodovias expressavam a obsessão do regime por ocupar territórios considerados “estratégicos” (Costa; Souza, 2020). Embora jamais tenham sido concluídas, sua simples construção carregava um peso simbólico: marcar a presença do Estado e inscrever a racionalidade desenvolvimentista em áreas que escapavam ao controle militar. A propaganda oficial explorava essas obras como realizações monumentais do governo, ocultando os impactos sociais e ambientais profundos.

A presença do presidente Emílio Garrastazu Médici na inauguração simbólica da Transamazônica, em Altamira, em 1970, é um grande exemplo. Na ocasião, o ato de derrubar pessoalmente uma castanheira de mais de cinquenta metros de altura foi tratado como um ritual de domínio humano sobre a natureza, amplamente divulgado pela imprensa alinhada ao regime (Brum, 2021).

Imagem 1 - Inauguração da Transamazônica, em Altamira, em 1970



Fonte: Jornal da Unicamp.

O gesto sintetizava o imaginário militar de modernização forçada, em que a floresta era vista como obstáculo a ser removido ou, como uma “terra virgem” a ser “desvirginada” (Brum, 2021). Essa metáfora, como observa Eliane Brum (2021), carrega não apenas a lógica colonizadora, mas também a violência simbólica e material que permeava o projeto de ocupação. Ao associar a Amazônia à figura de um corpo feminino “intocado”, o discurso da época reiterava relações de poder que naturalizavam tanto a exploração ambiental quanto o apagamento de populações indígenas e de outras minorias (Brum, 2021). Assim, as rodovias não representavam apenas um meio de acesso ao interior da floresta, mas um instrumento discursivo e físico de violação e controle.

Ainda durante a Ditadura Militar, a lógica de mercantilização da terra se intensificou com o projeto RADAM (Radar da Amazônia), conduzido pelo Ministério de Minas e Energia, cujo objetivo era “coletar dados sobre recursos minerais, solos, vegetação, uso da terra e a cartografia da Amazônia e áreas adjacentes da região Nordeste” (Escobar et al., 2005, p. 4395).

Em Roraima, a descoberta de minerais como ouro, urânio e cassiterita atraiu grande número de garimpeiros experientes para a região, movimento que foi incentivado pelo governo estadual sob a justificativa de que essa exploração traria desenvolvimento econômico tanto local quanto nacional (Silva; Simões, 2012). Nesse contexto, os povos indígenas foram submetidos a um projeto de caráter desenvolvimentista que priorizou o capital em detrimento da garantia

de seus direitos fundamentais (Silva; Simões, 2012). Entre os anos de 1987 e 1990, calcula-se que aproximadamente 30 a 40 mil garimpeiros tenham circulado pelo território Yanomami, resultando na morte de cerca de mil indígenas, número que representa em torno de 22% da população total à época (Dalmonego et al., 2024).

É relevante destacar que a forma como os garimpeiros estabeleceram contato com os povos indígenas retoma práticas utilizadas pelos portugueses na invasão do território brasileiro. Inicialmente, os garimpeiros chegavam em pequenos grupos, instalavam-se na região e conquistavam a confiança dos indígenas por meio de presentes. Contudo, quando já se sentiam seguros, esses presentes eram retirados, e, nesse momento, os povos indígenas, já fragilizados pelas doenças introduzidas e pela degradação ambiental causada pela atividade garimpeira, viam sua cultura e seus costumes ameaçados, o que resultava em conflitos (Albert, 1990).

O Massacre de Haximu ocorre nesse cenário, sendo reconhecido como o primeiro e único genocídio julgado pela Justiça brasileira. Apesar da demarcação da Terra Indígena Yanomami (TIY), a atividade garimpeira não apenas permaneceu, como se intensificou. A convivência entre os garimpeiros e a comunidade Yanomami *Hwaximëutheri*, que vive na região de divisa entre Roraima e Venezuela, já se encontrava profundamente fragilizada, marcada pela suspensão da troca de “presentes”, pelo aumento da hostilidade e pela disseminação de doenças levadas pelos invasores. Em julho de 1993, esse quadro culminou em uma invasão na comunidade, que estava majoritariamente ocupada por mulheres, crianças e idosos, resultando no assassinato de 12 pessoas e em ferimentos em outros. Segundo relato de Pedro Prancheta:

Que, no dia seguinte, saíram por volta das 7:00 hs e só retornaram após três dias e que o inquirido conversou pessoalmente com ‘Japão’ e este por sua vez lhe contou que saíram em direção às malocas, que eram em número de duas, uma próxima da outra e lá chegando não tinha nenhum índio, tendo então eles dormido ali; e no dia seguinte pela manhã saíram no rastro dos índios e após três horas de caminhada encontraram umas barraquinhas no meio da mata, e **ali estavam os índios, onde haviam algumas crianças brincando, ocasião em que os garimpeiros ficaram todos de um lado e atiraram por alguns minutos matando todos que ali se encontravam**, tendo também sabido, através de ‘Japão’, que **‘Goiano doido’ meteu a faca numa criancinha e ele só ouviu ela gritar** e logo após saíram todos correndo com medo dos outros índios em direção às malocas e na ocasião atearam fogo nas mesmas, antes porém deram vários tiros em panelas e em tudo que viam pela frente e em seguida retornaram aos seus barracos (Ministério Público Federal, 1993, p. 16, grifo nosso).

O episódio evidencia a brutalidade da ação. No entanto, apenas um mês após o Massacre a informação chegou à FUNAI, passando então a ganhar repercussão na mídia nacional e

internacional, o que motivou a abertura de investigação pela Polícia Federal. Somente diante da pressão midiática e da mobilização de organizações indigenistas e de direitos humanos, o caso passou a ser tratado como uma grave violação, abrindo espaço para a responsabilização dos agressores e a condenação por genocídio anos depois (Dalmonego et al., 2024).

Análise das manchetes relacionadas ao Massacre de Haximu

Na memória coletiva do Norte brasileiro, o garimpeiro foi transformado em uma figura de bravura e determinação, associado ao avanço econômico da região. Essa representação permanece materializada em monumentos, como a estátua dedicada aos garimpeiros que se mantém na praça central de Boa Vista, capital de Roraima (Dalmonego et al., 2024).

Imagem 2 - Estátua em homenagem aos garimpeiros em Boa Vista/RR



Fonte: G1.

Desse modo, construiu-se na Amazônia um enredo social que posicionava o garimpeiro como figura central do desenvolvimento, conferindo-lhe a imagem de herói essencial ao avanço regional e do país (Dalmonego et al., 2024), fortemente moldada pelos discursos difundidos no período da Ditadura Militar.

Em contrapartida, os indígenas eram frequentemente rotulados como 'selvagens', percebidos como obstáculos ao desenvolvimento da Amazônia e do Brasil. Essas visões, que permeavam a sociedade regional, refletiam-se na promoção da imagem do garimpeiro como um símbolo de coragem e progresso, enquanto os povos indígenas eram estigmatizados como empecilhos que precisavam ser 'civilizados' (Dalmonego et al., 2024, p. 159).

Essa forma de retratar os indígenas remete a um padrão discursivo que atravessa séculos, uma vez que na Carta de Pero Vaz de Caminha os povos originários também eram descritos como ingênuos, primitivos e necessitados de “civilização”. A repetição dessa lógica no contexto amazônico reforça como o olhar colonial permaneceu ativo no imaginário nacional, perpetuando a visão de que os territórios e os corpos indígenas estavam à disposição do projeto de expansão e de progresso do Estado brasileiro.

Assim, essa oposição entre o “herói desbravador” e o “selvagem atrasado” serviu de base para justificar tanto a exploração intensiva dos recursos naturais quanto a violência dirigida contra os povos originários (Dalmonego et al., 2024). Ao reforçar a ideia de que os indígenas eram um entrave ao crescimento econômico, esse discurso legitimizou práticas de expulsão, marginalização e apagamento cultural (Dalmonego et al., 2024). Nesse sentido, a narrativa dominante não apenas exaltava o garimpeiro, mas também criava um cenário em que a violação de direitos indígenas era naturalizada.

Pensando nesse contexto, quando ocorreu o massacre de Haximu, tal lógica apareceu nas reações públicas: “a chacina não passava de uma armação de entidades estrangeiras, da igreja e da Funai que queriam internacionalizar a Amazônia” (Dalmonego et al., 2024, p. 159). Também se difundia a ideia de que o massacre não teria ocorrido no Brasil, mas na Venezuela, o que afastaria a necessidade de intervenção nacional. Essa interpretação reforçou a hostilidade contra os Yanomami e criou terreno fértil para a banalização da violência, como é possível perceber na manchete a seguir:

Imagem 3 - Manchete “Diário de Roraima”



Fonte: Comissão Pró-Yanomami (CCPY).

Essa manchete, publicada em 25 de agosto de 1993, praticamente 1 mês após o Massacre, pode ser lida como um exemplo de como o discurso jornalístico participa da construção social dos acontecimentos, conforme aponta Fairclough (2016). Ao invés de colocar em foco a violência sofrida pelos Yanomami em Haximu, a enunciação desloca a centralidade do fato para a ação dos parlamentares, transformando-os em sujeitos do acontecimento. Assim,

a informação de que houve um massacre aparece apenas como pano de fundo, subordinada à movimentação das figuras de autoridade. Segundo Fairclough:

Toda oração é multifuncional e, assim, toda oração é uma combinação de significados ideacionais, interpessoais (identitários e relacionais) e textuais. As pessoas fazem escolhas sobre o modelo e a estrutura de suas orações, que resultam em escolhas sobre o significado (e a construção) de identidades sociais, relações sociais e conhecimento e crença (Fairclough, 2016, p. 108).

Ainda, é possível identificar o modo de operação de ideologia de legitimação, na qual “relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas [...] pelo fato de serem representadas como legítimas, isto é, como justas e dignas de apoio” (Thompson, 2011, p. 82). Essa representação, na manchete, é feita a partir do que Thompson (2011) chama de fundamentos carismáticos, ou seja, a utilização de figuras de autoridade.

Além disso, o uso da expressão “sem comprovação” introduz uma camada de dúvida que relativiza a gravidade do evento. Esse movimento discursivo sugere que não haveria evidências suficientes para validar as denúncias, abrindo espaço para o ceticismo e para a legitimação da violência contra os indígenas. Trata-se de um novo exemplo do modo de operação ideológica da legitimação, que, por meio da estratégia da racionalização, constrói uma cadeia de raciocínio voltada a justificar determinadas relações de dominação (Thompson, 2011). Nesse caso, observa-se o deslocamento do foco narrativo da violência em si para os procedimentos institucionais de verificação (investigação, comprovação legal), ao invés da violência relatada pelos indígenas.

Assim, “[...] abordagens críticas da análise de discurso defendem que os signos são socialmente motivados, isto é que há razões sociais para combinar significantes particulares e significados particulares” (Fairclough, 2016, p. 107). Ou seja, a escolha lexical da manchete não pode ser entendida como aleatória, mas como parte de uma prática discursiva que se ancora em relações de poder históricas e desiguais, nas quais as vozes indígenas tendem a ser sistematicamente colocadas em dúvida ou subjugadas diante das narrativas oficiais.

O emprego das aspas em “massacre” reforça esse efeito: ao marcar a palavra como se fosse uma designação contestável, a manchete retira dela a força de verdade, transformando-a em apenas uma versão, possivelmente exagerada ou não confirmada. Ainda,

[...] as aspas são marcas de um distanciamento, são a suspensão de uma responsabilidade enunciativa. As aspas evidenciam uma atitude metaenunciativa. Essa atitude coloca o locutor em posição de juiz e de dono das palavras, capaz de

recuar, de emitir um julgamento sobre as palavras no momento em que as utiliza (Cabral, 2018, p. 5).

Nesse sentido, observa-se que o jornal se posiciona como instância de autoridade discursiva, assumindo o papel de árbitro da verdade. O uso das aspas, nesse contexto, opera como uma estratégia de dissimulação, uma vez que nega, obscurece ou oculta relações de dominação, desviando a atenção do leitor (Thompson, 2011). Ao obscurecer/ocultar a gravidade da violência e introduz a possibilidade de dúvida, o veículo transfere a responsabilidade enunciativa para terceiros, apresentando a designação “massacre” não como fato, mas como uma versão dos fatos.

A manchete em questão evidencia um processo discursivo de deslocamento, no qual a atenção deixa de recair sobre a brutalidade do crime e passa a se concentrar na ação institucional dos deputados, isto é, no retorno a Brasília. Esse movimento tem como efeito a minimização da violência sofrida pelos Yanomami e a desresponsabilização dos agressores, uma vez que o centro da narrativa não é o ato violento, mas o funcionamento da esfera política. O acontecimento, em vez de ser apresentado como denúncia, aparece em suspensão, envolto em dúvidas e colocado sob a condição de comprovação oficial.

Essa perspectiva se contrapõe à própria descrição da violência registrada nos documentos jurídicos sobre o caso, que relatam a morte de crianças, mulheres e idosos, totalmente desarmados e incapazes de oferecer resistência. A violência extrema inclui facadas em crianças a sangue frio, a destruição das malocas pelo fogo e a ocultação de cadáveres, impedindo a cremação conforme as tradições Yanomami (Ministério Público Federal, 1993).

Isso faz parte de um movimento social e discursivo mais amplo. A própria cidade de Boa Vista foi construída a partir do garimpo. “Ou seja, recursos do garimpo e influência de empresas de extração participaram da construção da principal cidade do estado” (Neves et al., 2023, p. 89). Essa relação demonstra como a exploração dos recursos naturais se entrelaça com estruturas de poder e influência econômica, moldando as dinâmicas sociais e políticas da região. No caso do Massacre de Haximu, essa lógica se manifesta na tolerância e até no incentivo à presença de garimpeiros em territórios indígenas, criando um contexto em que a violência contra comunidades como os Yanomami se torna invisibilizada pelos discursos oficiais. Assim,

[...] a mídia não é apenas um canal imparcial de informações, mas sim um espaço onde ocorrem disputas e negociações de poder entre diferentes atores. Entender a mídia – seja internacional, nacional, regional ou local – como um campo social onde interesses, influências e relações de poder estão em jogo, inclusive, no contexto da relação com o poder público, é essencial (Neves et al., 2023, p. 89).

Em contrapartida, há a manchete a seguir, publicada em 20 de agosto de 1993, 5 dias antes da manchete anterior, cujo enunciado é o seguinte:

Imagem 4 - Manchete do jornal *Folha de Boa Vista*

**Crianças e mulheres
foram mutiladas a facão**
*Segundo a Funai, garimpeiros brasileiros foram responsáveis
pelas mortes que 'praticamente' dizimaram a aldeia*

Fonte: Comissão Pró-Yanomami (CCPY).

Em primeiro lugar, percebe-se que essa manchete constrói uma relação que não minimiza o acontecimento, mas, ao contrário, ressalta sua gravidade ao evidenciar a brutalidade do ataque e a vulnerabilidade das vítimas. O uso de termos como “mutiladas a facão” reforça a violência extrema e aproxima o leitor do horror vivido pelos Yanomami, tornando inevitável a percepção da crueldade. Nesse sentido, a notícia se distancia de outras formulações que tendem a relativizar os fatos, assumindo um posicionamento mais categórico quanto à assimetria de poder envolvida no episódio, especialmente ao deixar explícito que o crime foi cometido contra crianças e mulheres.

No entanto, observa-se o uso da voz passiva, em que o sujeito da ação é apagado: não se diz “garimpeiros mutilaram crianças e mulheres”, mas “crianças e mulheres foram mutiladas a facão”. Essa escolha discursiva tem efeitos importantes. Segundo Fairclough (2016), uma das possibilidades da utilização da voz passiva é “o apagamento do agente [...], porque ele é desconhecido, já conhecido, julgado irrelevante, ou talvez para deixar vaga a agência e, conseqüentemente, a responsabilidade (Fairclough, 2016, p. 109).

Assim, desloca-se o foco da responsabilidade dos agressores para a condição das vítimas, que passam a ocupar a posição central no enunciado. Por um lado, essa ênfase ressalta a vulnerabilidade dos corpos atingidos e a violência. Por outro, o apagamento do agente relativiza a responsabilização, contribuindo para uma forma de dissimulação, no sentido apontado por Thompson (2011), já que a ação violenta aparece destacada, mas sem que se explicita de imediato a autoria.

A informação de que os garimpeiros foram os autores surge apenas no subtítulo e, ainda assim, mediada pela atribuição à Funai. Embora se trate de um órgão oficial de proteção indígena, cuja função institucional é justamente denunciar e combater violências contra os povos originários, a forma como o jornal enquadra essa voz imprime um efeito de relativização.

Ao invés de apresentar a autoria como uma constatação, ela aparece como uma versão, marcada pela cautela jornalística que busca manter neutralidade, mas que, na prática, introduz uma dúvida implícita. Esse recurso discursivo cria um leve ar de incerteza sobre a veracidade do enunciado, deslocando a responsabilidade para a instituição que o afirma e abrindo espaço para interpretações que podem atenuar a responsabilidade dos agressores, principalmente com a utilização de aspas simples na palavra ‘praticamente’.

Ainda, na manchete, a violência é apresentada como um fato objetivo e quase naturalizado, mas sem que sejam expostas as condições sociais, políticas e econômicas que a possibilitaram, como a presença do garimpo ilegal, a conivência do Estado e a omissão da sociedade diante da exploração da Amazônia e de seus povos. Esse tipo de formulação causa o seguinte efeito ideológico: desloca o massacre para a esfera do evento isolado, brutal, mas excepcional, descolado de um contexto histórico de violência sistemática contra os povos indígenas. Em termos da teoria de Thompson (2011), trata-se do modo da reificação, pelo qual a violência é apresentada como algo dado, como se fosse parte de uma ordem natural, escondendo os processos sociais e as relações de poder que a sustentam.

Nesse sentido, a linguagem jornalística não apenas descreve, mas também organiza a realidade social, selecionando o que deve ser visto e o que deve permanecer silenciado, o que, conforme Fairclough (2016), caracteriza as práticas discursivas como instrumentos de produção e reprodução de ideologias.

Ademais, a mídia da região vem cada vez mais diminuindo a produção de notícias sobre os indígenas, tanto das comunidades Yanomami quanto de outras etnias que vivem na Amazônia. Essa redução contribui para a invisibilização de suas demandas, reforçando a marginalização social e política desses grupos (Neves et al., 2023, p. 89). Segundo Aruana Brianezi, diretor de conteúdo do jornal *A Crítica*, de Boa Vista, em entrevista para Neves et al. (2023):

É cultural, as pessoas não se identificam com os indígenas. Falta empatia, por não se enxergarem naquelas pessoas (comunidades indígenas). A visão do “índio” como inimigo é comum. É uma construção social que foi implantada nos livros de escola, que os indígenas eram selvagens (Brianezi apud Neves et al., 2023, p. 88).

Essa percepção revela como estereótipos historicamente construídos influenciam tanto a produção quanto o consumo das notícias. Ao reforçar imagens de “outros” distantes ou ameaçadores, a mídia contribuiu e continua contribuindo para a naturalização da exclusão social e política desses grupos. Para Fairclough, “[...] as ideologias são significações/construções da

realidade [...], que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação.” (Fairclough, 2016, p. 122). Assim, essa ausência não é apenas um problema de quantidade de cobertura, mas também um reflexo de processos ideológicos que definem quais experiências e quais vidas são consideradas relevantes ou dignas de atenção.

Todavia, é importante ressaltar que “os sujeitos são posicionados ideologicamente, mas são também capazes de agir criativamente no sentido de realizar suas próprias conexões entre as diversas práticas e ideologias a que são expostos e reestruturar as práticas e as estruturas posicionadoras” (Fairclough, 2016, p. 126). Isso significa que, embora os discursos jornalísticos e as representações sociais exerçam um efeito de condicionamento sobre a percepção e a interpretação dos eventos, os indivíduos não são meros receptores passivos dessas construções. Eles possuem capacidade crítica e criativa para questionar, reinterpretar e até contestar as narrativas predominantes. Isso pode ser demonstrado nessa imagem:

Imagem 5 - Pichação em Monumento ao Garimpeiro, em Boa Vista/RR



Fonte: G1.

Essa imagem é o mesmo monumento demonstrado na imagem 2, porém o destaque aqui é a pichação em vermelho no muro do monumento com a frase “FORA GARIMPO”. Isso revela uma ação direta de contestação ao discurso institucional que o monumento representa. O monumento tenta atribuir um significado positivo e heroico ao garimpo e seus agentes, mas a pichação reconfigura esse espaço simbólico, fazendo uma crítica clara à atividade garimpeira em terras indígenas. Essa imagem, portanto, concretiza a ideia de que os sujeitos produzem suas próprias formas de simbolização e possuem a capacidade de interagir criticamente com os

discursos hegemônicos, ressignificando símbolos e abrindo espaço para outros olhares e debates.

Por fim, a análise das manchetes sobre o massacre de Haximu revela que a produção jornalística não se limita à transmissão neutra de informações, mas atua como veículo de ideologias. Ao construir o garimpeiro como figura heróica e ao retratar os indígenas Yanomami como entraves ao desenvolvimento, essas manchetes reproduzem relações de poder desiguais e naturalizam a violência contra os povos originários. Ao mesmo tempo, os sujeitos sociais, inclusive os próprios indígenas, possuem capacidade de agir criativamente frente a essas representações, questionando, reinterpretando e resistindo às narrativas predominantes. Dessa forma, a mídia não apenas reflete estereótipos históricos, mas também se torna um espaço de disputa discursiva, no qual a autoridade, a visibilidade e a legitimidade das vozes são constantemente negociadas.

Considerações Finais

As reflexões apresentadas ao longo deste trabalho evidenciam como padrões discursivos historicamente construídos atravessam séculos, desde a Carta de Pero Vaz de Caminha até os processos de exploração mineral na Amazônia e o avanço do garimpo em terras indígenas. A partir desse contexto histórico, torna-se possível compreender como os indígenas foram progressivamente construídos como obstáculos ao desenvolvimento, enquanto o garimpeiro passou a ocupar o papel de herói do progresso regional e, até, nacional.

A análise das manchetes sobre o massacre de Haximu revelou que os discursos jornalísticos continuam a refletir essas construções ideológicas, deslocando o foco da violência sofrida pelos Yanomami para ações institucionais e relativizando a responsabilidade dos agressores. O enquadramento da informação, mediado por órgãos oficiais como a Funai, e o uso de recursos como aspas contribuem para criar uma sensação de incerteza sobre os fatos, naturalizando a violência e invisibilizando as vítimas, mesmo com a comprovação de um crime muito brutal.

No entanto, o percurso histórico e a Teoria Social do Discurso também permitem perceber que os sujeitos sociais não são meros receptores passivos dessas narrativas. Indígenas, leitores críticos e movimentos sociais possuem capacidade de questionar, reinterpretar e contestar as representações predominantes, abrindo espaços de resistência e transformação. Assim, mesmo diante de discursos que reproduzem desigualdades e estereótipos, há

possibilidades de ação criativa e engajamento na construção de uma justiça social mais efetiva, evidenciando a relevância de compreender a linguagem como instrumento de poder e de mudança.

Dessa forma, compreender a cobertura jornalística do massacre de Haximu à luz da Análise de Discurso Crítica permite perceber como a mídia atua como instrumento de poder, mas também como campo de disputa ideológica, no qual interesses, interpretações e representações são negociados. Reconhecer essas dinâmicas é fundamental para avançar na reflexão sobre justiça social, valorização das experiências silenciadas e a construção de narrativas que contribuam para a transformação das relações de poder na Amazônia e na sociedade brasileira como um todo.

Referências

ALBERT, Bruce. A fumaça do metal: História e representação do contato entre Os Yanomami. **Anuário Antropológico**, v. 14, n. 1, p. 151-189, 1990. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6434/7608>. Acesso em: 3 ago. 2025.

ALENCAR, Thiago Gonçalves Souza. A Carta de Caminha e as Cartas Indígenas ao Brasil: da Humanidade Negada às Vozes de Resistência. **Revista de Literatura, História e Memória**. Cascavel. v. 19, n. 33, p. 152-176, jul. 2023. DOI: <https://doi.org/10.48075/rlhm.v19i33.29153>

AVANCINI, Marta. Boiada passou e foi tocada para o ‘maior pasto do mundo’. **Jornal da UNICAMP**, Campinas, mar. 2024. Disponível em: <https://jornal.unicamp.br/edicao/702/boiada-passou-e-foi-tocada-para-o-maior-pasto-do-mundo/>. Acesso em: 19 ago. 2025.

BRUM, Eliane. **Banheiro òkôtô**: uma viagem à Amazônia Centro do Mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

CABRAL, Ályna Maria Fragoso. **O uso argumentativo das aspas e as estratégias persuasivas do distanciamento em gêneros digitais**. 2018. 16 f. Artigo (Graduação) - Curso de Bacharelado em Letras, Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, Redenção, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/1530>. Acesso em: 17 ago. 2025.

CAMINHA, Pero Vaz de. Carta a El Rei D. Manuel. **Dominus**, São Paulo, 1963. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000292.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2025.

Comissão Pró-Yanomami. Acervo. Disponível em: <http://proyanomami.org.br/v0904/index.asp?pag=noticia&id=3403>. Acesso em: 15 mai. 2024.

COSTA, Paulo Niber Ribeiro da; SOUZA, César Martins de. A estrada perdida: as transformações na Amazônia Setentrional provocadas pela construção inacabada da Rodovia Perimetral Norte. **Revista Territórios & Fronteiras**. Cuiabá, v. 13, n. 2, p. 379- 399, jul.-dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.22228/rtf.v13i2.1077>

DALMONEGO, Corrado et al. A corrida do ouro na Terra Indígena Yanomami: garimpo e genocídio de Haximu. **Argum.** Vitória, v. 16, n. 13, p. 150-163, set.-dez. 2024. DOI: <https://doi.org/10.47456/argumentum.v13i3.43952>

ESCOBAR, Iris Pereira et al. Reprocessamento digital das imagens SLAR geradas pelos projetos RADAM e RADAMBRASIL - projeto RADAM-D. In: Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, XII, 2005, Goiânia. **Anais eletrônicos [...]**. Goiânia: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2005. p. 4395-4397. Disponível em: <https://rigeo.sgb.gov.br/bitstream/doc/636/1/4395.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2025.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Tradução Izabel Magalhães. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.

GOMES, Mércio Pereira. **Os índios e o Brasil**: ensaio sobre um holocausto e sobre uma nova possibilidade de convivência. Petrópolis: Editora Vozes, 1988.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**: palavras de um Xamã Yanomami. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LIMA, Marcus Eugênio Oliveira; FARO, André; SANTOS, Mayara Rodrigues dos. A desumanização presente nos estereótipos de índios e ciganos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 32, n. 1, p. 219-228, jan./mar. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-37722016012053219228>

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Denúncia n. 93 PR/RR**. Anexada ao processo n. 93.0000501-4. Denunciados: Pedro Emiliano Garcia e outros. Procuradoria da República em Roraima. Boa Vista, 1993, 38 p.

Monumento ao Garimpeiro é alvo de pichação em Boa Vista. **G1**, Boa Vista, 8 jun. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2020/06/08/monumento-aogarimpeiro-e-alvo-de-pichacao-em-boa-vista.ghtml>. Acesso em: 20 ago. 2025.

OLIVEIRA, Amanda Soares; CASTRO, Nilsandra Martins de. Discurso de Ódio em Relação à Minoria LGBT: O Problema da Liberdade de Expressão em Colisão com Demais Princípios Constitucionais. **JNT- Facit Business and Technology Journal**, Araguaína, v. 1, ed. 28, p. 40-63, jul. 2021. Disponível em: <https://revistas.faculdefacit.edu.br/index.php/JNT/article/viewFile/1068/726>. Acesso em: 18 mar. 2025.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise de Discurso Crítica**. 2 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2022.

RODRIGUES, Caíque; OLIVEIRA, Valéria. Com monumento ao garimpeiro e rua do ouro, Roraima tem história de apoio a atividade ilegal: 'projeto de estado', dizem pesquisadores. **G1**, Boa Vista, 16 fev. 2022. Disponível em:

<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2023/02/16/com-monumento-ao-garimpeiro-e-rua-do-ouro-roraima-tem-historia-de-apoio-a-atividade-ilegal-projeto-de-estado-dizem-pesquisadores.ghtml>. Acesso em: 20 ago. 2025.

SILVA, Castro Costa da; BETHONICO, Maria Bárbara de Magalhães. Comunidade indígena Fuduwaadunha: vida e convivência na região de Auaris - Terra Indígena Yanomami - Roraima. **Percursos**, Santa Catarina, v. 22, n. 48, p. 208-232, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5965/1984724622482021208>

SILVA, Isabela Lapa; SILVA, Viviane Rufino. Breve panorama histórico e introdutório da análise crítica do discurso. **Revista ao Pé da Letra**, Recife, v. 19, n. 1, p. 53-77, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/pedalettra/article/view/234510>. Acesso em: 10 ago. 2025.

SILVA, Paulo Sérgio Rodrigues da; SIMÕES, Sulamita Oliveira. Violência contra os povos indígenas em Roraima: uma questão de Direitos Humanos. **Em tempos de História**, Brasília, n. 21, ago./jul. 2012. DOI: <https://doi.org/10.26512/emtempos.v0i21.19845>

SOARES, Artemis de Araújo et al. Corpos em Fronteira: A construção da identidade étnica Yanomami através do corpo e as influências missionárias no Alto Rio Negro. **PRACS**, Macapá, v. 17, n. 3, p. 174-188, 2024. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/pracs/article/view/164/424>. Acesso em: 1 mar. 2025.

STAUFFER, David Hall. Origem e Fundação do Serviço de Proteção aos Índios. **Revista de História**. São Paulo, v. 18, n. 37, ano X, p. 73-96, jan.-mar. 1959. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.1959.107270>

THOMPSON, John Brookshire. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação em massa. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

Recebido em: 26 de agosto de 2025

Aceito em: 26 de fevereiro de 2026